

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Senhores Acionistas

A Administração do Banco Panamericano S.A. ("Panamericano" ou "Banco" ou "Companhia") e suas subsidiárias submetem à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras relativos ao semestre encerrado em 30 de junho de 2011, acompanhados do Relatório de Revisão dos Auditores Independentes. As Demonstrações Financeiras apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pelas Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários, pela Superintendência de Seguros Privados, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e demais normas estatutárias.

EVENTOS RECENTES

Conforme divulgado em Fato Relevante publicado em 09 de novembro de 2010, foram descobertas irregularidades e inconsistências contábeis no Banco que não permitiam que suas demonstrações financeiras até então publicadas refletissem sua real situação patrimonial. Assim, dada a inviabilidade de se reconstituir, de forma apropriada, as demonstrações financeiras anteriores a novembro de 2010, a Administração que assumiu suas funções naquela data não encontrou alternativa que não a de estabelecer uma nova base contábil confiável, através da elaboração de um "balanço patrimonial especial de abertura", com informações obtidas por meio de um levantamento completo de todos os direitos e obrigações da Companhia em 30 de novembro de 2010. Como consequência, as informações trimestrais de 2011, bem como as demonstrações financeiras do semestre e do exercício terminados, respectivamente, em 30 de junho e 31 de dezembro de 2011, estarão prejudicadas em relação à sua comparabilidade com as demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Em 31 de janeiro de 2011, o Grupo Sílvio Santos ("GSS"), então acionista controlador do Panamericano, através da Sílvio Santos Participações S.A. ("SSP") e da BF Utilidades Domésticas Ltda. ("BF"), celebrou com o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") contrato de compra e venda de ações e outras avenças por meio do qual o BTG Pactual comprometeu-se a adquirir a totalidade das ações da Companhia de titularidade do GSS pelo preço de R\$ 450 milhões, corrigidos a partir da data de conclusão do negócio até a data de seu efetivo pagamento por 110% da Taxa DI. O efetivo pagamento poderá ser feito a qualquer momento, a critério do BTG Pactual, até 31 de julho de 2028, ficando o valor a ser pago limitado à importância máxima de R\$ 3,8 bilhões. Na mesma data, o BTG Pactual e a Caixa Participações S.A. ("CAIXAPAR") celebraram novo acordo de acionistas do Panamericano, com entrada em vigor após a conclusão da transferência do controle, incluindo a substituição do então controlador pelo BTG Pactual e a manutenção das principais condições do acordo anterior.

Outras medidas firmadas nos mês de janeiro de 2011 afetaram positivamente a estrutura de liquidez e o capital regulatório da Companhia. O escopo destas medidas incluiu, entre outras, a cessão de créditos sem coobrigação no montante aproximado de R\$ 3,5 bilhões.

Em 30 de março de 2011, a Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil ("Bacen") manifestou-se favoravelmente à alteração no grupo de controle da Companhia, com a entrada do BTG Pactual em lugar da SSP e BF.

Nos dias 04 e 25 de maio de 2011, o Bacen aprovou as eleições dos diretores ocorridas nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 05 e 27 de abril de 2011, respectivamente. Dessa forma, os Srs. José Luiz Acar Pedro (como Diretor Superintendente), Eduardo Nogueira Domeque, Iuri Rapoport, Leandro de Azambuja Micotti, Paulo Alexandre da Graça Cunha, Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa e Willy Otto Jordan Neto passaram a integrar a Diretoria da Companhia, junto com o Sr. Eliel Teixeira de Almeida. Deixaram de exercer os cargos de diretores da Companhia os Srs. Celso Antunes da Costa, Celso Zanin, Ivan Dumont Silva, José Alfredo Lattaro, José Henrique Marques da Cruz, Mário Ferreira Neto e Raphael Rezende Neto.

Em 27 de maio de 2011, foi concluída a aquisição pelo BTG Pactual da totalidade das ações de emissão da Companhia de titularidade da SSP e da BF. Ademais, em 13 de junho de 2011, o Bacen aprovou de forma definitiva a transferência de ações acima mencionada, retroativamente ao mesmo dia 27 de maio de 2011.

ACORDO OPERACIONAL

Por ocasião da entrada do BTG Pactual no bloco de controle do Panamericano e para reiterar seu compromisso de manutenção da parceria estratégica, a Caixa Econômica Federal ("Caixa") firmou com o Banco, com a intervenção do BTG Pactual, em 31 de janeiro de 2011, um novo Acordo de Cooperação Operacional com entrada em vigor após a conclusão da transferência do controle e prazo de 8 anos, podendo ser prorrogado, para suporte à Companhia. Dentre as medidas previstas, com influência direta sobre a estrutura de capital e de liquidez, destacam-se: (i) o comprometimento da Caixa Econômica Federal de adquirir créditos da Companhia, sob determinados parâmetros, sempre que esta desejar cedê-los, sem coobrigação, até o limite de R\$ 8,0 bilhões; e (ii) o reforço de liquidez através de operações interbancárias suportadas por limite de crédito de R\$ 2,0 bilhões. Estas operações serão realizadas em condições de mercado.

O Acordo Operacional anterior, firmado pela Caixa e pelo Panamericano em 26 de julho de 2010, que estabelece regime de cooperação mútua para a estruturação, distribuição e comercialização de produtos e serviços, incluindo a elaboração e implementação conjunta de planos de desenvolvimento de produtos e serviços das duas instituições, permanece válido em suas condições. Seu objetivo de criar sinergias e aproveitar oportunidades de ampliação do portfólio de produtos, entre outras, tendo em vista a complementaridade dos parceiros, continuará a ser perseguido.

AMBIENTE ECONÔMICO

Estimamos que o PIB tenha registrado um crescimento de 1% no 2º trimestre de 2011, com ligeira moderação em relação ao ritmo do trimestre anterior, quando foi registrada uma alta de 1,3%. Mesmo diante de condições mais desfavoráveis no mercado de crédito e de alguma moderação da confiança empresarial, a demanda privada não parece seguir em níveis elevados, ancorando-se no ainda forte desempenho do mercado de trabalho. Nesse contexto, as vendas no varejo ampliado tiveram outro trimestre de expansão significativa. Por outro lado, a produção industrial tem apresentado um desempenho mais errático, mesmo após vários meses de relativa estabilidade. O desempenho industrial é fruto de um ambiente heterogêneo, relacionado ao acúmulo de estoques excessivos e crescente competição devido à apreciação da taxa de câmbio real em alguns setores e níveis ainda historicamente elevados de utilização de capacidade e escassez de mão de obra em outros. Por fim, os investimentos também devem ter tido um período de moderado crescimento no trimestre, segundo indicadores preliminares.

A inflação apresentou acomodação no 2º trimestre, fruto do comportamento mais favorável da alimentação e de moderação nos reajustes de preços administrados, em particular das tarifas de transporte público. A inflação de serviços também desacelerou no trimestre, mas permaneceu elevada em termos históricos, assim como ocorreu no caso das medidas de núcleos. Adicionalmente, a inflação cheia ainda deve acelerar no acumulado em 12 meses até meados do 3º trimestre, quando importantes categorias de trabalhadores estarão negociando seus reajustes salariais anuais. Nas contas externas, as expectativas mais negativas para o déficit em conta-corrente de 2011 não têm sido confirmadas, fruto do saldo comercial mais robusto que o esperado. Além disso, os fluxos prosseguem em ritmo abundante pelas principais fontes de financiamento do balanço de pagamentos. Diante desse quadro, o real apreciou-se frente ao dólar, passando de R\$ 1,63/US\$ no final do 1º trimestre para R\$ 1,56/US\$ no fim do 2º trimestre, ainda sustentado por termos de troca historicamente favoráveis e níveis relativamente baixos do risco-país, mesmo diante de um quadro internacional turbulento. O controle da inflação continua sendo o tema dominante na agenda econômica. O Banco Central tomou mais medidas a fim de amortecer a expansão do crédito e elevou a taxa Selic em 50 pontos-base. Em nosso cenário base, continuamos acreditando que após a elevação em julho, a taxa Selic se mantenha em 12,5% ao ano, embora, em um caso alternativo, achamos que seja possível que o ciclo de altas de juros se estenda um pouco mais e que também seja complementado por novas medidas adicionais de caráter macroprudencial. Enquanto isso, do lado fiscal, foram alcançados resultados mais expressivos do que o esperado, sugerindo que a meta de superávit primário em 2011 deva ser alcançada, ainda que permaneça um risco vindo do desempenho das despesas no 2º semestre deste ano.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Neste ambiente de política monetária mais apertada e adoção de medidas restritivas ao crédito, optamos por um maior conservadorismo na aprovação de operações e, com isso, a originação de ativos de crédito do Banco e das empresas controladas teve produção média mensal de R\$ 536,8 milhões no 1º semestre de 2011.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Banco		Consolidado		Passivo Circulante	Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010			30/06/2011	31/12/2010		
Ativo Circulante		4.511.409	4.474.830	5.329.057	5.497.267			4.703.407	6.354.922	5.999.569	7.737.113
Disponibilidades	5	759	7.560	8.702	9.222	Depósitos	14.a	1.712.064	3.270.878	1.709.846	3.267.170
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.a	1.321.768	1.067.900	927.562	636.184	Depósitos à vista		42.463	46.282	41.353	43.234
Aplicações em mercado aberto		612.189	210.769	612.189	210.769	Depósitos interfinanceiros		128.939	804.224	128.939	804.224
Aplicações em depósitos interfinanceiros		709.579	857.131	315.373	425.415	Depósitos a prazo		1.540.662	2.420.372	1.539.554	2.419.712
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	26.359	24.297	126.623	65.565	Captações no mercado aberto	14.b	536.614	21.903	166.995	2.001
Carteira própria		21.375	19.847	121.606	61.082	Carteira própria		207.354	-	116.996	-
Instrumentos financeiros e derivativos	7.c	4.984	4.450	4.984	4.450	Carteira de terceiros		329.260	21.903	49.999	2.001
Outras aplicações		-	-	33	33	Recursos de aceites e emissão de títulos	14.c	14.332	15.979	14.332	15.979
Relações interfinanceiras		20.921	2.151	20.921	2.151	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		14.332	15.979	14.332	15.979
Pagamentos e recebimentos a liquidar		10.843	-	10.843	-	Relações interfinanceiras		1.171.502	1.594.853	1.136.276	1.594.853
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		936	831	936	831	Recebimentos e pagamentos a liquidar		5.780	-	5.780	-
Correspondentes no país		9.142	1.320	9.142	1.320	Correspondentes no país	15	1.165.722	1.594.853	1.130.496	1.594.853
Relações interdependências		105	911	105	911	Relações interdependências		1.437	522	1.437	522
Transferências internas de recursos		105	911	105	911	Recursos em trânsito de terceiros	7.c	1.437	522	1.437	522
Operações de crédito	8	1.246.817	2.044.236	1.772.328	2.857.322	Instrumentos financeiros derivativos		272.820	253.259	272.820	253.259
Operações de crédito - setor privado		1.894.374	2.973.783	2.586.240	3.877.388	Instrumentos financeiros derivativos		272.820	253.259	272.820	253.259
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(647.557)	(929.547)	(813.912)	(1.020.066)	Outras obrigações		994.638	1.197.528	2.697.863	2.603.329
Operações de arrendamento mercantil	8	-	-	282.267	327.392	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	11	14.236	5.707	14.236	5.707
Operações de arrendamento a receber		-	-	355.297	376.072	Sociais e estatutárias	18.a	5.183	11	5.183	-
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.d	-	-	(73.030)	(48.680)	Fiscais e previdenciárias	19.d	35.282	20.951	88.879	24.724
Outros créditos		1.817.228	1.190.647	2.047.507	1.389.105	Provisões técnicas de seguros e previdência	16	-	610	106.702	129.471
Rendas a receber		6.683	5.491	6.683	5.491	Negociação e intermediação de valores	18.b	923.107	1.141.030	2.465.418	2.394.468
Negociação e intermediação de valores		9.463	18.966	10.427	19.368	Dívidas subordinadas		-	-	-	-
Prêmios de seguros a receber		-	-	9.541	(999)	Diversas		22.007	24.657	22.007	24.657
Diversos	9	1.356.495	643.499	1.576.269	842.554	Diversas		1.411.030	2.465.418	2.394.468	-
Títulos e créditos a receber	8 e 9	513.022	546.848	513.022	546.848			4.403.407	5.007.638	4.667.790	5.413.023
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(68.435)	(24.157)	(68.435)	(24.157)	Depósitos	14.a	1.811.432	2.321.106	1.809.244	2.318.638
Outros valores e bens		77.452	137.128	143.042	209.415	Depósitos interfinanceiros		7.224	12.639	7.224	12.639
Outros valores e bens	10.a	143.505	192.657	152.865	207.837	Depósitos a prazo		1.804.208	2.308.467	1.802.020	2.305.999
(Provisão para desvalorização)	10.a	(90.440)	(117.022)	(96.415)	(126.032)	Captações no mercado aberto	14.b	117.170	114.530	117.170	114.530
Despesas antecipadas	10.b	24.387	61.493	86.592	127.610	Carteira própria	14.c	117.170	114.530	117.170	114.530
						Recursos de aceites e emissão de títulos		770.432	833.100	770.432	833.100
Realizável a Longo Prazo		5.797.647	6.833.077	6.639.813	7.630.994	Recursos de Letras Financeiras		5.714	-	5.714	-
Aplicação interfinanceira de liquidez	6.a	449.699	526.165	135.226	163.392	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	7.c	764.718	833.100	764.718	833.100
Aplicações em depósitos interfinanceiros		449.699	526.165	135.226	163.392	Instrumentos financeiros derivativos		164.217	199.654	164.217	199.654
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	2.100.425	1.549.780	1.035.197	500.279	Instrumentos financeiros derivativos		164.217	199.654	164.217	199.654
Carteira própria		1.294.336	1.430.822	229.108	381.321	Outras obrigações	18.a	1.540.156	1.539.248	1.806.727	1.947.101
Vinculados a compromissos de recompra		325.316	114.681	325.316	114.681	Fiscais e previdenciárias	16	469.797	402.249	706.215	654.883
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	17.790	4.277	17.790	4.277	Dívidas subordinadas	18.b	965.953	1.041.375	965.953	1.041.375
Vinculados à prestação de garantias		462.983	-	462.983	-	Diversas		104.406	95.624	134.559	250.843
Operações de crédito	8	1.714.917	3.316.821	3.062.145	4.490.229			143	3.545	143	3.545
Operações de crédito - setor privado		1.714.917	3.316.821	3.062.145	4.490.229	Resultados de Exercícios Futuros		143	3.545	143	3.545
Operações de arrendamento mercantil	8	-	-	530.975	682.504	Resultados de exercícios futuros		143	3.545	143	3.545
Operações de arrendamento a receber		-	-	530.975	682.504			-	-	-	-
Outros créditos		1.453.247	1.339.990	1.689.380	1.574.044	Participação de Acionistas Minoritários		-	-	-	1.934
Diversos	9	1.453.247	1.339.990	1.689.380	1.574.044	Participação de acionistas minoritários		-	-	-	1.934
Outros valores e bens		79.359	100.321	186.890	220.546			-	-	-	-
Despesas antecipadas	10.b	79.359	100.321	186.890	220.546			-	-	-	-
						Patrimônio Líquido		1.504.751	197.017	1.345.281	19.150
Permanente		302.652	255.215	45.847	46.272	Capital social:	20	1.108.091	1.108.091	1.108.091	1.108.091
Investimentos		286.068	238.791	1.019	1.221	De domiciliados no país		1.012.648	1.020.428	1.012.648	1.020.428
Participações em controladas		285.615	238.338	-	-	De domiciliados no exterior		95.443	87.663	95.443	87.663
Outros investimentos	11.b	453	453	1.019	1.221	Reservas de capital		172	172	172	172
Imobilizado de uso	12	7.859	8.702	36.034	37.300	Ajustes ao valor de mercado - TVM e derivativos		(13)	5	(13)	5
Imóveis de uso		-	-	30.222	30.222	Lucros/(Prejuízos) acumulados		396.501	(911.251)	237.031	(1.089.118)
Outras imobilizações de uso		37.257	38.047	37.662	38.442			10.611.708	11.563.122	12.014.717	13.174.533
(Depreciações acumuladas)		(29.398)	(29.345)	(31.850)	(31.364)						
Intangível	13	8.725	7.722	8.794	7.751						
Ativos intangíveis		16.704	14.579	17.571	15.387						
(Amortizações acumuladas)		(7.979)	(6.857)	(8.777)	(7.636)						
Total do Ativo		10.611.708	11.563.122	12.014.717	13.174.533	Total do Passivo		10.611.708	11.563.122	12.014.717	13.174.533

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	1º Semestre/2011	
		Banco	Consolidado
Receitas de Intermediação Financeira		1.504.468	1.807.443
Rendas de Operações de Crédito	8.h	1.427.899	1.579.497
Resultado de Operações de Arrendamento Mercantil		-	99.824
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários			

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de Lucros		Ajuste ao Valor de Mercado TVM e Derivativos	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
			Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	1.108.091	172	-	-	5	(911.251)	197.017
Ajuste de exercícios anteriores (nota explicativa nº 20.e)	-	-	-	-	-	(30.474)	(30.474)
Depósito de Acionista (nota explicativa nº 20.d)	-	-	-	-	-	1.300.000	1.300.000
Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio do 1º Semestre de 2010 (nota explicativa 20.c)	-	-	-	-	-	6.000	6.000
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Derivativos	-	-	-	-	(18)	-	(18)
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	32.226	32.226
Saldos em 30 de Junho de 2011	1.108.091	172	-	-	(13)	396.501	1.504.751

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

	Banco		Consolidado	
	Semestre		Semestre	
	2011	2011	2011	2011
Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais:				
Lucro Líquido do Semestre	32.226	50.624		
Ajustes inclusos que não afetam o fluxo de caixa:				
Depreciações e Amortizações	2.375	2.403		
Provisão para Contingências	8.782	8.787		
Prejuízo na Venda de Bens Não de Uso Próprio	72.058	70.966		
Equivalência Patrimonial	(47.277)	-		
Resultado dos Acionistas Minoritários	-	232		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	334.435	499.236		
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	(71.062)	(66.865)		
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Derivativos	(18)	(18)		
Lucro Líquido Ajustado	331.519	565.365		
Varição de Ativos e Passivos:				
Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	130.068	38.254		
Aumento em Títulos e Valores Mobiliários	(538.660)	(581.929)		
Redução em Relações Interdependências	-	1.721		
Redução em Operações de Crédito	2.399.323	2.513.077		
Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	-	196.654		
Aumento em Outros Créditos	(1.033.685)	(1.236.582)		
Redução em Outros Valores e Bens	(68.309)	(63.229)		
Redução em Depósitos	(2.068.488)	(2.066.718)		
Aumento em Captações no Mercado Aberto	517.351	167.634		
Redução em Relações Interfinanceiras	(442.121)	(477.347)		
Redução em Outras Obrigações	(210.264)	(54.128)		
Redução em Instrumentos Financeiros Derivativos	(29.923)	(29.923)		
Redução em Resultado de Exercícios Futuros	(3.403)	(3.403)		
Caixa Líquido Usado nas Atividades Operacionais	(1.014.871)	(1.030.554)		
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento:				
Alienação de Imobilizado de Uso	-	173		469
Alienação no Intangível	-	24		24
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	-	76.889		92.292
Aquisição de Investimentos	-	-		(30)
Aquisição de Imobilizado de Uso	-	(582)		(464)
Aplicações no Intangível	-	(2.150)		(2.209)
Varição nas Participações Minoritárias	-	-		232
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	74.354	90.314		
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento:				
Emissão de Letras Financeiras	-	5.668		5.668
Redução de Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	(24.920)		(24.920)
Redução de Dívidas Subordinadas	-	(45.562)		(45.562)
Reversão de Juros Sobre Capital Próprio do 1º Semestre de 2010	-	6.000		6.000
Depósito de Acionista	-	1.300.000		1.300.000
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	1.241.186	1.241.186		
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	300.669	300.946		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre	386.597	395.433		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre (nota explicativa nº 5)	687.266	696.379		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando informado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Panamericano S.A. ("Banco"), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. O Banco atua principalmente no mercado de crédito direto ao consumidor, operando linhas de crédito pessoal e financiamentos de veículos, material de construção, móveis, turismo, eletrodomésticos e outros. Por intermédio de suas controladas diretas e indiretas, atua também nas áreas de arrendamento mercantil de veículos e outros bens, seguros do ramo de acidente pessoal coletivo, rendas de eventos aleatórios (seguro desemprego), de vida em grupo e danos pessoais - DPVAT e consórcio de veículos e imóveis. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Ainda como estratégia de negócio e com vistas a manter a necessária linha de "funding" para as suas operações, o Banco adotou a política de proceder à cessão de créditos que compõem a sua carteira de crédito. As cessões são realizadas para outras instituições financeiras e para fundos de investimento em direitos creditórios ("FIDCs") constituídos com essa finalidade. A cessão de crédito faz parte da estratégia operacional da Instituição, resultando no imediato reconhecimento das receitas e despesas destas operações. Os resultados estão refletidos nas demonstrações financeiras do Banco, em receitas de intermediação financeira, sendo a parcela correspondente às operações com FIDCs, quando aplicável, eliminadas e apropriadas no prazo das operações de créditos, para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Em 27 de maio de 2011, o Banco BTG Pactual S.A. concluiu a aquisição da totalidade das ações de titularidade da Silvio Santos Participações S.A. e da BF Utilidades Domésticas Ltda., correspondentes a 67.259.328 ações ordinárias e 24.712.286 ações preferências, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal do Banco Panamericano S.A. A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil havia se manifestado favoravelmente à alteração do controle acionário do Banco em sessão realizada em 30 de março de 2011.

A composição acionária no Banco Panamericano, após a conclusão da operação, passou a ser representada como segue:

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	67.259.328	51,00	24.712.286	21,97	91.971.614	37,64
Caixa Participações S.A. - Caixaapar	64.621.700	49,00	24.712.286	21,97	89.333.986	36,56
Mercado	-	-	63.038.340	56,06	63.038.340	25,80
Total	131.881.028	100,00	112.462.912	100,00	244.343.940	100,00

Com a conclusão da operação, a CAIXA e o Banco BTG Pactual passaram a exercer o controle acionário do Banco Panamericano, conforme novo acordo de acionistas da Companhia celebrado em 31 de janeiro de 2011.

Em decorrência do acima exposto, a CAIXA e o Banco Panamericano, com a intervenção do Banco BTG Pactual, firmaram Acordo de Cooperação Operacional pelo prazo de 8 (oito) anos, podendo ser prorrogado, onde a CAIXA se compromete adquirir créditos do Banco, sempre que este desejar cedê-los, sem coobrigação, até o limite de R\$ 8,0 bilhões (oito bilhões), além do reforço de liquidez através de aquisição de depósitos interfinanceiros (DI), que será suportado por limite de crédito de até R\$ 2,0 bilhões (dois bilhões), sem qualquer subsídio explícito ou implícito nessas operações.

O Banco BTG Pactual S.A. apresentou à Comissão de Valores Mobiliários em 17 de junho de 2011 pedido de registro de oferta pública de aquisição de ações preferenciais de emissão do Banco Panamericano - OPA aos demais acionistas, pelo mesmo preço pago para as ações do ex-acionista controlador.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais do Banco Panamericano S.A. ("Banco") estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco e suas controladas e entidades de propósito específico, representadas por fundos de investimentos em direitos creditórios FIDCs ("Consolidado"), e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, quando aplicável.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas sob certas condições especiais decorrentes das inconsistências contábeis identificadas pelo BACEN e irregularidades adicionais e outros ajustes constatados pela administração, conforme divulgado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

A Administração que tomou posse em 09 de novembro de 2010, mesmo utilizando-se dos controles e sistemas operacionais em vigor, em decorrência dos processos inadequados praticados anteriormente que corromperam os sistemas de controles internos da Instituição, não pôde correlacionar as inconsistências contábeis e irregularidades adicionais constatadas em os períodos a que efetivamente se referem, tornando-se impraticável a reelaboração das demonstrações financeiras em períodos anteriores a 30 de novembro de 2010, de forma a incorporar os possíveis ajustes que seriam necessários para apresentar dados confiáveis e que pudessem ser de utilidade para o adequado entendimento dessas demonstrações. Por outro lado, a mera apresentação das demonstrações financeiras de períodos anteriores a 30 de novembro de 2010, sem os ajustes que corrigiriam todas as distorções decorrentes das inadequadas práticas e procedimentos irregulares utilizados no passado, prejudicaria toda e qualquer possibilidade de comparação entre períodos e induziria a erros em quaisquer análises dessas informações.

Com a posse de novos administradores em 09 de novembro de 2010, foram adotadas as providências necessárias para que fossem cessadas as práticas irregulares e que geraram as distorções mencionadas. Obteve-se então, um aprimoramento do ambiente de controles internos resultando em novo marco para a contabilidade e para os processos operacionais da Instituição. Consequentemente, os gestores reconheceram a inadequação e enfatizaram a inconfiabilidade de toda e qualquer demonstração, informação ou dado contábil, anterior ao balanço patrimonial de 30 de novembro de 2010, elaborado sob sua responsabilidade.

As demonstrações financeiras que envolvem as operações até 09 de novembro de 2010 estão definitivamente comprometidas na sua missão de prestar informações de qualidade e fidedignidade consoante os princípios contábeis, devido aos principais aspectos:

- (a) Relevante inadequação do balanço patrimonial de períodos anteriores a 30 de novembro de 2010, incluindo ajustes de inconsistências contábeis (ajuste contra lucros acumulados), identificadas pelo BACEN, durante seus trabalhos de Inspeção, com base em 30 de junho de 2010;
 - (b) Relevantes ajustes contra o resultado ocorrido até 30 de novembro de 2010, decorrentes, principalmente, das mesmas causas das inconsistências contábeis, acima mencionadas;
 - (c) Impossibilidade, dada a fragilidade e impropriedade dos sistemas contábeis e de controle interno até então vigentes no Banco, de apropriadamente segregar e mensurar quais dos ajustes de inconsistências contábeis se referem a períodos anteriores.
- Pelo exposto, as informações trimestrais - ITRs e IFTs de 2011 bem como as demonstrações financeiras do 1º semestre de 2011 e do exercício a findar em 31 de dezembro de 2011, estão ou estarão prejudicadas com relação à sua comparabilidade, em relação às demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e do valor adicionado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, também, em função dos aspectos anteriormente mencionados.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- 1. CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08.
- 2. CPC 03 - Demonstração do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08.
- 3. CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09.
- 4. CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.
- 5. CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11.
- 6. CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11.

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2011, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 08 de agosto de 2011.

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

	Participação total %	
	Junho/2011	Dezembro/2010
Controlada direta:		
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	99,97	99,97
Panamericana de Seguros S.A.	98,75	98,75
Controlada indireta:		
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	99,01	99,01

Entidades de Propósitos Específicos - EPFs:	Participação total %	
	Junho/2011	Dezembro/2010
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CDC Veículos do Banco Panamericano ("Caixa CDC FIDC") (a) (d)	100,00	100,00
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Master CDC Veículos do Banco Panamericano ("Caixa Master CDC FIDC") (a) (e)	100,00	100,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FF - Multisegmentos ("FIDC FF") (a) (c)	-	100,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios F BP - Financeiro ("FIDC F BP") (a) (b)	100,00	100,00

(a) O percentual está representado pelas cotas subordinadas, e/ou pela coobrigação aos créditos cedidos aos Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios FIDCs, detidos pelo Banco. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas os FIDCs foram consolidados conforme disposto na Instrução CVM nº 408/04 e no Ofício-Circular CVM nº 001/07;

(b) Fundo constituído em dezembro de 2010;

(c) Fundo encerrado em 29 de junho de 2011, conforme instrumento particular de transferência de ativos e quitação de obrigações desta data;

(d) Atual denominação do Autopan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Originários de CDC Veículos ("Autopan FIDC"); e

(e) Atual denominação do Master Pan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Originários de CDC Veículos ("Master Pan FIDC").

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Nas demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, os resultados oriundos das transações entre o Banco e suas controladas diretas e indiretas e o resultado originado nas operações do Banco com os FIDCs. As participações de acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado das controladas estão sendo apresentadas de forma destacada no balanço patrimonial e na demonstração do resultado consolidado.

No processo de consolidação dos FIDCs, o saldo da carteira de recebíveis de direitos creditórios foi incorporado à carteira de operações de crédito do Banco, com o correspondente registro do financiamento na rubrica de "Outras Obrigações - Diversas", líquido do saldo de aplicação em cotas de fundos de investimento, representado pelas cotas subordinadas mantidas pelo Banco nos FIDCs. O lucro não realizado oriundo das operações de cessões de crédito do Banco para os FIDCs foi eliminado integralmente como ajuste de rendas de operações de crédito.

Na rubrica "Rendas de Operações de Crédito", na demonstração do resultado, foram registradas as rendas oriundas de direitos creditórios apropriados pelos FIDCs, e o custo do financiamento na rubrica "Operações de captação no mercado". A receita auferida pelo Banco referente à valorização de suas cotas mantidas nos fundos, originalmente registrada na rubrica "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários", foi eliminada contra a rubrica "Operações de captação no mercado", com o objetivo de anular seu efeito no custo de captação.

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas a valor presente no balanço patrimonial, e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas agrupadas na rubrica "Resultado de Operações de Arrendamento Mercantil".

Empresas Controladas - Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, as empresas controladas (direta e indiretamente) incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, apresentavam, resumidamente, as seguintes situações patrimoniais, as quais não contemplam as eliminações e reclassificações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas:

Controladas	Direta		Panamericana		Indireta	
	Panamericano Arrend. Merc. S.A.		de Seguros S.A.		Panamericano Adm. de Consórcio Ltda.	
	Junho/2011	Dezembro/2010	Junho/2011	Dezembro/2010	Junho/2011	Dezembro/2010
Ativo						
Circulante	145.097	163.198	59.250	60.177	4.052	2.923
Realizável a longo prazo	234.855	274.571	203.422	207.716	25.566	25.171
Permanente	1.602.877	1.797.427	38.708	38.636	141	111
Total do Ativo	1.982.829	2.235.196	301.380	306.529	29.759	28.205
Passivo						
Circulante	758.355	803.011	122.783	148.840	6.177	6.475
Exigível a longo prazo	1.088.838	1.326.246	26.685	23.589	10.872	9.891
Patrimônio líquido	135.636	105.939	151.912	134.100	12.710	11.839
Total do Passivo	1.982.829	2.235.196	301.380	306.529	29.759	28.205

	1º Semestre/2011		
	Panamericano Arrend. Merc. S.A.	Panamericana de Seguros S.A.	Panamericano Adm. de Consórcio Ltda.
Demonstração do Resultado			
Resultado bruto da intermediação financeira	36.544	10.678	1.052
Outras receitas (despesas) operacionais	(27.818)	17.817	76
Resultado de equivalência patrimonial	183	688	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.083	-	9
Lucro do semestre	19.705	(11.371)	(266)
	29.697	17.812	871

Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDCs) - Considerando que o controle sobre os recebíveis cedidos aos Fundos permanece sob a responsabilidade do Banco (recebimento, repasse e cobrança) e que o mesmo atende a outras condições para consolidação previstas no Ofício-Circular CVM nº 001/07, a Administração do Banco consolidou as demonstrações financeiras dos FIDCs às demonstrações financeiras consolidadas.

Os FIDCs foram constituídos nos termos da regulamentação em vigor, destinados a investidores qualificados e possuem as seguintes características:

FIDC	Administrador	Tipo condomínio	Prazo de duração	Amortizações
Caixa CDC FIDC	Caixa Econômica Federal ("CAIXA")	Condomínio aberto	Indeterminado	Não será admitida amortização de cotas, devendo seu valor ser liquidado no momento do resgate.
Caixa Master CDC FIDC	Caixa Econômica Federal ("CAIXA")	Condomínio aberto	Indeterminado	Não será admitida amortização de cotas, devendo seu valor ser liquidado no momento do resgate.
FIDC F BP Financeiro	BEM DTVM Ltda.	Condomínio aberto	Indeterminado	Sem prazo inicial de carência para resgate das cotas seniores. Em caso de pedido de resgate de cotas, até às 14h, o pagamento será realizado no mesmo dia; contudo se não houver liquidez suficiente na data de pagamento, poderá ser proposto ao cotista sênior, pelo administrador, novo prazo para o resgate.

I. Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelos FIDCs

O objetivo dos FIDCs é de adquirir, preponderantemente, direitos creditórios originários de operações financeiras de empréstimos, representadas por contratos de abertura de crédito para aquisição de veículos automotores (automóveis e motocicletas), do tipo Crédito Direto ao Consumidor - CDC, celebrados entre o Banco (cedente) e seus clientes.

Conforme estabelecido nos regulamentos dos FIDCs, esses buscam, mas não garantem atingir rentabilidade de percentual da taxa DI, conforme demonstrado abaixo:

Fundos	%
Caixa CDC FIDC	108
Caixa Master CDC FIDC	112
FIDC F BP - Financeiro	SELIC + 2% a.a.

II. Participação no patrimônio e nos resultados dos FIDCs

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356/01, com redação dada pela Instrução CVM nº 393/03, a relação mínima admitida entre o patrimônio líquido dos FIDCs e o valor das cotas seniores está demonstrada abaixo:

Fundos	%
Caixa CDC FIDC	130
Caixa Master CDC FIDC	130
FIDC F BP - Financeiro	80

(a) Em Assembleia Geral Extraordinária de cotistas, realizada em 16 de março de 2009, foi incluído no regulamento do fundo a permissão para que as cotas subordinadas possam ser divididas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS PERÍODOS FIMOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando informado)

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis, e estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01 e Circular SUSEP nº 379/08, classificadas nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação - são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de ser ativa e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- Títulos disponíveis para venda - são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Esses ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados.
- Títulos mantidos até o vencimento - são títulos e valores mobiliários para os quais há intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Instrumentos financeiros derivativos

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros são considerados como instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com sua natureza em:

- *Hedge* de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado.
- Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de "swap" e são avaliadas de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustados ao valor de mercado, sendo o diferencial a receber ou a pagar contabilizados em contas de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados ao resultado como receita ou despesa "pro rata" até as datas dos balanços, em conformidade à Circular BACEN nº 3.082/02.

f) Operações de crédito e de arrendamento mercantil e provisão para crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito e de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos seus clientes, os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

O resultado apurado nas cessões de operações de crédito é registrado no resultado do período, na data de realização destas operações.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com co-obrigação é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

g) Bens não de uso próprio

São representados basicamente por bens recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados através da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

h) Despesas antecipadas

São gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período de geração dos benefícios futuros.

i) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste a valor de realização, quando aplicável.

j) Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

k) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

l) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustados por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e está representado por gastos com desenvolvimentos lógicos. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

m) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas. Os créditos tributários originados em períodos anteriores à legislação que elevou a alíquota da contribuição social para 15% nas empresas financeiras e do ramo segurador, foram registrados até o limite das obrigações tributárias consolidadas correspondentes.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros estão sujeitos a avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período.

o) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata dia".

p) Práticas contábeis específicas da Panamericana de Seguros S.A.

Passivos por contratos de seguro (Provisões técnicas de seguros)

• Provisões de prêmios não ganhos - PPNG

A provisão de prêmios não ganhos é calculada com base nos prêmios retidos, de acordo com a Resolução CNSP nº 162/06, alterada pelas Resoluções nº 181/07, nº 195/08 e nº 204/09, pelo regime de competência diária, e representa a parcela do prêmio correspondente ao período do risco ainda não decorrido.

A provisão de prêmios não ganhos - riscos vigentes mas não emitidos - é constituída de acordo com as normas e especificações estabelecidas na Resolução CNSP nº 162/06 alterada pelas Resoluções nº 181/07, nº 195/08 e nº 204/09 e Circular SUSEP nº 282/05.

• Provisão de sinistros a liquidar

A provisão de sinistros a liquidar é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar, efetuada por ocasião do recebimento dos avisos de sinistros até a data do balanço, líquida dos ajustes de cosseguros e resseguro cedidos. A provisão de sinistros a liquidar para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT ("Seguradora Líder").

• Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados, determinada pela Resolução CNSP nº 162/06 alterada pelas Resoluções CNSP nº 181/07, nº 195/08 e nº 204/09, é constituída com base em metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial. A provisão de IBNR para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores calculados e informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder.

• Provisão para insuficiência de prêmios - PIP

A provisão para insuficiência de prêmios, determinada pela Resolução CNSP nº 162/06, alterada pelas Resoluções CNSP nº 181/07, nº 195/08 e nº 204/09, é constituída com base em metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial. A aplicação dos critérios estabelecidos nesta nota não resultou em provisão a constituir.

• Provisão complementar de prêmios - PCP

A provisão complementar de prêmios, determinada pela Resolução CNSP nº 162/06, alterada pelas Resoluções CNSP nº 181/07, nº 195/08 e nº 204/09, é calculada "pro rata die", tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio comercial retido. Seu valor é a diferença, se positiva, entre a média da soma dos valores apurados diariamente no mês da constituição e a PPNG constituída no mês e no mesmo ramo, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não, recebidos ou não.

• Teste de adequação de passivos

A circular SUSEP nº 410, de 22 de dezembro de 2010, instituiu o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para fins de elaboração das demonstrações financeiras e definiu regras de procedimentos para a sua realização.

Segundo esta Circular, a Seguradora deve avaliar, a cada data-base, se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se essa avaliação mostrar que o valor das provisões constituídas para os contratos de seguros vigentes, descontadas as despesas de comercialização diferidas e ativos intangíveis está inadequado em relação aos fluxos de caixa futuros estimados, a deficiência deve ser reconhecida no resultado.

O TAP é realizado bruto de resseguro e, para a sua realização, a Seguradora agrupou as linhas de negócios com características semelhantes de risco e utilizou premissas técnicas realistas de mortalidade, invalidez, sinistralidade e cancelamentos que melhor refletissem a experiência atual observada para cada grupo. Para a projeção dos custos de aquisição que não são diferidos e para as despesas administrativas, foi adotado percentual específico da receita futura projetada para cada grupo.

Os fluxos de caixa da carteira de seguros foram estimados em periodicidade mensal, e a sua preparação levou em consideração a estimativa para prêmios, sinistros, comissões e despesas, por produto, e mensurados na data base, descontando-os pela estrutura a termos da taxa de juros livre de risco.

Para o agrupamento de linhas de negócios com características semelhantes de risco foi observada a suficiência das Provisões Técnicas em 30 de junho de 2011, consequentemente, nenhuma provisão adicional relativa ao TAP foi reconhecida.

q) Práticas contábeis específicas da Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.

A taxa de administração é contabilizada quando do seu recebimento dos grupos de consórcio. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das cotas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundo de investimento no qual os grupos ativos tem aplicações, e estão apresentadas no grupo "outras obrigações - diversas" do Consolidado.

r) Passivos circulante e exigível a longo prazo

As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis são demonstrados pelo valor atualizado até as datas dos balanços. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor nas datas dos balanços, divulgadas pelo BACEN, e as obrigações sujeitas a atualizações monetárias são demonstradas pelo valor atualizado até as datas dos balanços.

s) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Contingências Passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições.

t) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações em circulação, nas datas das demonstrações financeiras.

u) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e outras transações, tais como: (i) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (ii) amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões técnicas de seguro; (v) provisões para perdas em bens não de uso e provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; e (vi) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4. BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

a) Balanço Patrimonial Consolidado

Ativo	Financeiros			Eliminações		Total
	(1)	Seguradora	Consórcios	(2)	(2)	
Circulante	5.265.262	59.250	4.052	493	5.329.057	
Realizável a Longo Prazo	6.413.013	203.422	25.566	(2.188)	6.639.813	
Permanente	169.727	38.708	141	(162.729)	45.847	
Total do Ativo	11.848.002	301.380	29.759	(164.424)	12.014.717	
Passivo						
Circulante	5.870.116	122.783	6.177	493	5.999.569	
Exigível a Longo Prazo	4.632.421	26.685	10.872	(2.188)	4.667.790	
Resultado de Exercícios Futuros	143	-	-	-	143	
Minoritários	41	-	-	1.893	1.934	
Patrimônio Líquido	1.345.281	151.912	12.710	(164.622)	1.345.281	
Total do Passivo	11.848.002	301.380	29.759	(164.424)	12.014.717	
b) Demonstração do Resultado Consolidado						
Demonstração do Resultado						
- Receitas da Intermediação Financeira	1.795.907	10.678	1.052	(194)	1.807.443	
- Despesas da Intermediação Financeira	(1.047.126)	-	-	194	(1.046.932)	
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	748.781	10.678	1.052	-	760.511	
- Outras receitas/despesas operacionais	(723.447)	17.817	76	-	(705.554)	
- Resultado de equivalência patrimonial	17.772	688	-	(18.460)	-	
- Resultado não operacional	(70.975)	-	9	-	(70.966)	
- Provisão para IR e CSL	78.502	(11.371)	(266)	-	66.865	
- Participação minoritária	(9)	-	-	(223)	(232)	
Lucro/Prejuízo do período	50.624	17.812	871	(18.683)	50.624	

(1) Representado pelas empresas: Banco Panamericano S.A., Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. e Fundos de Investimento em Direitos Creditivos - FIDCs; e

(2) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banco		Consolidado	
	Junho/2011	Dezembro/2010	Junho/2011	Dezembro/2010
Disponibilidades em moeda nacional	650	7.392	8.593	9.054
Disponibilidades em moeda estrangeira	109	168	109	168
Total de disponibilidades (caixa)	759	7.560	8.702	9.222
Aplicações Interfinanceiras de liquidez (*)	686.507	379.037	686.507	379.037
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	-	-	6.071
Fundos de Renda Fixa	-	-	1.170	1.103
Total de caixa e equivalentes de caixa	687.266	386.597	696.379	395.433

(*) Inclui apenas as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias.

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

Banco	Junho/2011				Acima de 360 dias	Total
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias		
Aplicações no mercado aberto:						
Posição bancada						
• Letras Financeiras do Tesouro - LFT	262.191	-	-	-	-	262.191
• Letras do Tesouro Nacional - NTN	20.738	-	-	-	-	20.738
Subtotal	282.929					282.929
Posição Financiada						
• Letras do Tesouro Nacional - LTN	49.999	-	-	-	-	49.999
• Notas do Tesouro Nacional - NTN	279.261	-	-	-	-	279.261
Subtotal	329.260					329.260
Aplicações em depósitos interfinanceiros:						
• Aplicações em depósitos interfinanceiros	209.486	84.670	165.173	250.250	449.699	1.159.278
Total	821.675	84.670	165.173	250.250	449.699	1.771.467

Banco	Dezembro/2010				Acima de 360 dias	Total
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias		
Aplicações no mercado aberto:						
Posição bancada						
• Letras Financeiras do Tesouro - LFT	65.025	-	-	-	-	65.025
• Letras do Tesouro Nacional - LTN	108.851	-	-	-	-	108.851
• Letras do Tesouro Nacional - NTN	15.005	-	-	-	-	15.005
Subtotal	188.881					188.881
Posição Financiada						
• Letras do Tesouro Nacional - LTN	21.888	-	-	-	-	21.888
• Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	-	-
Subtotal	21.888					21.888
Aplicações em depósitos interfinanceiros:						
• Aplicações em depósitos interfinanceiros	214.446	109.792	147.569	385.324	526.165	1.383.296
Total	425.215	109.792	147.569	385.324	526.165	1.594.065

Consolidado	Junho/2011				Acima de 360 dias	Total
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias		
Aplicações no mercado aberto:						
Posição bancada						
• Letras Financeiras do Tesouro - LFT	262.191	-	-	-	-	262.191
• Letras do Tesouro Nacional - NTN	20.738	-	-	-	-	20.738
Subtotal	282.929					282.929
Posição Financiada						
• Letras do Tesouro Nacional - LTN	49.999	-	-	-	-</	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando informado)

	Consolidado						
	Dezembro/2010						
	Sem Vencido	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor Contábil	Valor de Custo Atualizado	Ajuste de Marcação a Mercado
Títulos para negociação:							
- Ações em companhia abertas	19.128	-	-	-	19.128	410	18.718
- Cotas de Fundos de investimento	30.905	-	-	-	30.905	30.905	-
Total Títulos para Negociação	50.033	-	-	-	50.033	31.315	-
Títulos disponíveis para venda:							
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	126.038	240.332	366.370	366.371	(1)
Vinculados a Oper. Compromissadas:							
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	36.446	78.235	114.681	114.675	6
- Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	10.330	-	-	10.330	10.330	-
- Outras aplicações	-	33	-	-	33	33	-
Total de Títulos Disponível para venda	-	10.363	162.484	318.567	491.414	491.409	5
Títulos mantidos até o vencimento:							
- Cotas de Fundos de investimento	453	-	-	-	453	-	453
- Fundo do Desenvolvimento Social - FDS	266	-	-	-	266	266	-
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	14.951	14.951	14.951	-
Total mantidos até o vencimento	719	-	-	-	14.951	15.670	-
Total geral	50.752	10.363	162.484	333.518	557.117	538.394	18.723

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA e BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA").

c) Instrumentos Financeiros Derivativos:

O Banco utiliza instrumentos derivativos prioritariamente como *hedge* para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas. O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se as informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela BM&FBOVESPA. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de "swap", foram utilizados o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são custodiadas na BM&FBOVESPA ou na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de "Instrumentos financeiros derivativos" em contrapartida às respectivas contas de "Resultado com instrumentos financeiros derivativos" e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

	Banco e Consolidado			
	Junho/2011		Dezembro/2010	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Instrumentos Derivativos				
Indexador:				
"Swap"				
- Diferencial a receber	22.774	22.774	8.727	8.727
- Diferencial a pagar	(437.037)	(437.037)	(452.913)	(452.913)
Total líquido	(414.263)	(414.263)	(444.186)	(444.186)

A seguir, demonstra-se os valores registrados em conta de ativo, passivo e compensação, segregados nas categorias indexador, faixas de vencimento, valores de referência e contábil a receber e a pagar. Todas as posições detidas são negociadas em balcão:

	Banco e Consolidado								
	Junho/2011								
	Valor Referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor Contábil	Valor de Custo Atualizado	Ajuste de Marcação a Mercado
Indexador:									
"Swap"									
Posição ativa:									
- Dólar	176.323	-	-	-	-	-	-	-	-
- Prefixado	211.752	3.776	142	154	418	3.324	7.814	8.060	(246)
- Dólar	1.595.320	-	-	101	393	14.466	14.960	(773)	15.733
Subtotal:	1.983.395	3.776	142	255	811	17.790	22.774	7.287	15.487
Posição passiva:									
- Prefixado	176.323	(265.672)	-	-	-	(265.672)	(262.832)	(2.840)	
- DI	211.752	-	-	(101)	(2.095)	(2.196)	1.244	(3.440)	
- DI	1.595.320	-	(1.560)	(2.082)	(3.405)	(162.122)	(169.169)	(93.154)	(76.015)
Subtotal:	1.983.395	(265.672)	(1.560)	(2.082)	(3.506)	(164.217)	(437.037)	(354.742)	(82.295)
Total a pagar	(261.896)	(1.418)	(1.827)	(2.695)	(146.427)	(414.263)	(347.455)	(66.808)	

	Banco e Consolidado								
	Dezembro/2010								
	Valor Referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor Contábil	Valor de Custo Atualizado	Ajuste de Marcação a Mercado
Indexador:									
"Swap"									
Posição ativa:									
- Dólar	187.166	-	-	-	-	-	-	-	-
- Prefixado	247.622	116	226	287	3.821	3.729	8.179	7.663	516
- Dólar	1.722.797	-	-	-	-	548	548	(4.993)	5.541
Subtotal:	2.157.585	116	226	287	3.821	4.277	8.727	2.670	6.057
Posição passiva:									
- Prefixado	187.166	(13.376)	-	-	(231.427)	-	(244.803)	(227.588)	(17.215)
- DI	247.622	-	-	-	(1.441)	(1.441)	1.409	(2.850)	
- DI	1.722.797	-	(1.247)	(3.306)	(3.903)	(198.213)	(206.669)	(88.908)	(117.761)
Subtotal:	2.157.585	(13.376)	(1.247)	(3.306)	(235.330)	(199.654)	(452.913)	(315.087)	(137.826)
Total a pagar	(13.260)	(1.021)	(3.019)	(231.509)	(195.377)	(444.186)	(312.417)	(131.769)	

O resultado apurado com instrumentos financeiros derivativos, referente ao 1º semestre de 2011, está assim composto:

	Banco e Consolidado		
	1º Semestre de 2011		
	Receita	Despesa	Líquido
Swap			
Total	123.953	(366.804)	(242.851)

d) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

	1º Semestre/2011	
	Banco	Consolidado
Títulos de Renda Fixa	30.858	44.478
Resultado com Cotas Subordinadas	(85.595)	-
Aplicações Interfinanceiras de liquidez (nota 6b)	121.808	74.146
Títulos de Renda Variável	9.470	9.470
Total	76.541	128.094

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

As informações sobre a carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com características de operações de crédito, em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, estão assim apresentadas:

a) Composição da carteira por tipo de operação:

	Banco				Consolidado			
	Junho/2011		Dezembro/2010		Junho/2011		Dezembro/2010	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Crédito direto ao consumidor	1.614.908	39,17	2.705.335	39,57	1.614.908	39,17	2.705.335	39,57
Empréstimo em consignação	732.416	17,77	1.116.145	16,32	732.416	17,77	1.116.145	16,32
Financiamento a titulares de cartões de crédito (*)	519.598	12,60	671.363	9,82	519.598	12,60	671.363	9,82
Capital de giro	248.913	6,04	315.297	4,61	248.913	6,04	315.297	4,61
Direitos creditórios adquiridos	162.003	3,93	256.720	3,75	162.003	3,93	256.720	3,75
Renegociações	152.374	3,70	593.289	8,68	152.374	3,70	593.289	8,68
Conta garantida	86.317	2,09	310.483	4,54	86.317	2,09	310.483	4,54
Crédito pessoal	72.940	1,77	218.631	3,19	72.940	1,77	218.631	3,19
Títulos descontados	4.437	0,11	20.241	0,30	4.437	0,11	20.241	0,30
Cheque especial	1.127	0,03	12.483	0,18	1.127	0,03	12.483	0,18
Financiamento a titulares de cartões de crédito terceiros	-	-	67.383	0,99	-	-	67.383	0,99
Outros	14.258	0,35	3.234	0,05	14.258	0,35	3.234	0,05
Total das operações de crédito	3.609.291	87,56	6.290.604	92,00	3.609.291	87,56	6.290.604	92,00
Outros créditos	513.022	12,44	546.848	8,00	513.022	12,44	546.848	8,00
Total	4.122.313	100,00	6.837.452	100,00	4.122.313	100,00	6.837.452	100,00

	Banco				Consolidado			
	Junho/2011		Dezembro/2010		Junho/2011		Dezembro/2010	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Crédito direto ao consumidor	3.654.002	51,85	4.782.348	47,95	3.654.002	51,85	4.782.348	47,95
Operações de arrendamento mercantil (**)	886.272	12,58	1.058.576	10,62	886.272	12,58	1.058.576	10,62
Empréstimo em consignação	732.416	10,39	1.116.145	11,19	732.416	10,39	1.116.145	11,19
Financiamento a titulares de cartões de crédito (*)	519.598	7,37	671.363	6,73	519.598	7,37	671.363	6,73
Capital de giro	248.913	3,53	315.297	3,16	248.913	3,53	315.297	3,16
Direitos creditórios adquiridos	162.003	2,30	256.720	2,57	162.003	2,30	256.720	2,57
Renegociações	152.374	2,16	593.289	5,95	152.374	2,16	593.289	5,95
Conta garantida	86.317	1,23	310.483	3,11	86.317	1,23	310.483	3,11
Crédito pessoal	72.940	1,03	218.631	2,19	72.940	1,03	218.631	2,19
Títulos descontados	4.437	0,06	20.241	0,20	4.437	0,06	20.241	0,20
Cheque especial	1.127	0,02	12.483	0,13	1.127	0,02	12.483	0,13
Financiamento a titulares de cartões de crédito terceiros	-	-	67.383	0,68	-	-	67.383	0,68
Outros	14.258	0,20	3.234	0,03	14.258	0,20	3.234	0,03
Total das operações de crédito e arrendamento mercantil	6.534.657	92,72	9.426.193	94,52	6.534.657	92,72	9.426.193	94,52
Outros créditos	513.022	7,28	546.848	5,48	513.022	7,28	546.848	5,48
Total	7.047.679	100,00	9.973.041	100,00	7.047.679	100,00	9.973.041	100,00

(*) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard; e
(**) Registrado a valor presente.

b) Composição da carteira por rating e prazo de vencimento:

	Junho/2011							
	Banco							
	Vencidos A mais de 14 dias	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	A vencer 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Rating								
AA	-	-	-	-	-	-	-	-
A	6.259	781.565	134.330	186.757	400.451	705.798	2.896.939	5.112.099
B	67.434	21.305	8.634	8.718	23.226	52.940	161.280	343.537
C	66.829	20.822	6.230	6.474	19.017	35.724	140.694	295.790
D	88.086	15.215	5.227	5.335	17.816	29.830	99.032	260.541
E	78.316	8.437	2.682	2.782	8.520	16.605	76.591	193.933
F	86.009	6.213	1.997	2.069	6.291	12.290	55.917	170.786
G	66.437	4.330	1.595	1.650	5.047</			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando informado)

10. OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso próprio/outros

	Banco				Consolidado			
	Provisão para perdas		Valor Residual		Provisão para perdas		Valor Residual	
	Junho/2011	Dezembro/2010	Junho/2011	Dezembro/2010	Junho/2011	Dezembro/2010	Junho/2011	Dezembro/2010
Veículos	87.457	(48.102)	39.355	63.306	93.368	(50.628)	42.740	69.476
Veículos em regime especial	53.748	(41.901)	11.847	10.668	57.197	(45.350)	11.847	10.668
Outros	589	(437)	152	154	589	(437)	152	154
Total dos bens não de uso próprio	141.794	(90.440)	51.354	74.128	151.154	(96.415)	54.739	80.298
Outros bens	1.711	-	1.711	1.507	1.711	-	1.711	1.507
Total de outros valores e bens	143.505	(90.440)	53.065	75.635	152.865	(96.415)	56.450	81.805

b) Despesas antecipadas

	Banco		Consolidado	
	Junho/2011	Dezembro/2010	Junho/2011	Dezembro/2010
	Gastos na emissão de títulos no exterior	19.120	22.268	19.120
Despesas de comercialização da Seguradora	-	-	1.244	3.058
Outras despesas antecipadas	-	2.502	-	2.502
Total	19.120	24.770	20.364	27.828

11. INVESTIMENTOS

a) Controladas e Coligadas

	Capital Social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação consolidada no capital social	Lucro líquido ajustado	Saldo dos Investimentos	Ajuste decorrente de avaliação	
			ON	PN					
			Junho/2011	Dezembro/2010					
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	141.521	135.636	11	-	99,97%	29.697	135.595	105.908	29.688
Panamericana de Seguros S.A.	71.256	151.912	335.085	4	98,75%	17.812	150.020	132.430	17.589
Total							285.615	238.338	47.277

b) Outros Investimentos

	Banco		Consolidado	
	Junho/2011	Dezembro/2010	Junho/2011	Dezembro/2010
	Incentivos fiscais	-	-	261
Títulos patrimoniais	380	-	380	380
Ações e cotas	-	-	304	304
Outros	73	73	74	276
Total	453	453	1.019	1.221

12. IMOBILIZADO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa Anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				Junho/2011	Dezembro/2010
				Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.671	(1.582)	89	122
Sistemas de processamento de dados	20%	19.835	(16.030)	3.805	4.389
Sistemas de transportes	20%	308	(190)	118	143
Total em 30 de junho de 2011		37.257	(29.398)	7.859	-
Total em 31 de dezembro de 2010		38.047	(29.345)	-	8.702
Imóveis de uso	4%	30.222	(2.216)	28.006	28.428
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	15.568	(11.684)	3.884	4.048
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.751	(1.625)	126	122
Sistemas de processamento de dados	20%	19.895	(16.090)	3.805	4.389
Sistemas de transportes	20%	353	(235)	118	143
Outras imobilizações	-	95	-	95	170
Total em 30 de junho de 2011		67.884	(31.850)	36.034	-
Total em 31 de dezembro de 2010		68.664	(31.364)	-	37.300

13. INTANGÍVEL

a) Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				Junho/2011	Dezembro/2010
				Gastos c/ Desenv. e Logiciais	20% a 50%
Benefitorias	10%	2.889	(1.151)	1.738	1.906
Outros	10%	22	(18)	4	5
Total em 30 de junho de 2011		16.704	(7.979)	8.725	-
Total em 31 de dezembro de 2010		14.579	(6.857)	-	7.722
Gastos c/ Desenv. e Logiciais	20% a 50%	14.660	(7.608)	7.052	5.840
Benefitorias em imóveis de terceiros	10%	2.889	(1.150)	1.738	1.906
Outros	10%	22	(18)	4	5
Total em 30 de junho de 2011		17.571	(8.777)	8.794	-
Total em 31 de dezembro de 2010		15.387	(7.636)	-	7.751

b) Movimentação dos ativos intangíveis por classe

	Gastos c/ Desenv. e Logiciais	Benefitorias	Outros	Total					
					Saldo em 31 de dezembro de 2010	5.811	1.906	5	7.722
					Adições/Baixas	2.201	(51)	-	2.150
Amortização do período	(1.029)	(117)	(1)	(1.147)					
Saldo em 30 de junho de 2011	6.983	1.738	4	8.725					
Saldo em 31 de dezembro de 2010	5.840	1.906	5	7.751					
Adições/Baixas	2.217	(50)	-	2.167					
Amortização do período	(1.005)	(118)	(1)	(1.124)					
Saldo em 30 de junho de 2011	7.052	1.738	4	8.794					

14. DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS

	Junho/2011					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Junho/2011	Dezembro/2010
	Depósitos à vista (1)	42.463	-	-	-	42.463
Depósitos interfinanceiros	58.990	66.335	3.614	7.224	136.163	816.863
Depósitos a prazo	33.745	1.228.832	278.085	1.804.208	3.344.870	4.728.839
Total em 30 de junho de 2011	135.198	1.295.167	281.699	1.811.432	3.523.496	-
Total em 31 de dezembro de 2010	393.069	1.497.015	1.380.794	2.321.106	-	5.591.984
Depósitos à vista (1)	41.353	-	-	-	41.353	43.234
Depósitos interfinanceiros	58.990	66.335	3.614	7.224	136.163	816.863
Depósitos a prazo	33.745	1.228.832	276.977	1.802.020	3.341.574	4.725.711
Total em 30 de junho de 2011	134.088	1.295.167	280.591	1.809.244	3.519.090	-
Total em 31 de dezembro de 2010	390.021	1.496.355	1.380.794	2.318.638	-	5.585.808

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro.

b) Captações no mercado aberto

	Junho/2011					
	Até 30 dias	Acima de 30 dias	Total	Até 30 dias	Acima de 30 dias	Total
	Carteira Própria	207.354	117.170	324.524	116.996	117.170
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	207.354	117.170	324.524	116.996	117.170	234.166
Carteira de Terceiros	329.260	-	329.260	49.999	-	49.999
Letras do Tesouro Nacional - LTN	49.999	-	49.999	49.999	-	49.999
Notas do Tesouro Nacional - NTN	279.261	-	279.261	-	-	-
Total em 30 de junho de 2011	536.614	117.170	653.784	166.995	117.170	284.165
Total em 31 de dezembro de 2010	21.903	114.530	136.433	2.001	114.530	116.531
Carteira Própria	207.354	117.170	324.524	116.996	117.170	234.166
Letras Financeiras	207.354	117.170	324.524	116.996	117.170	234.166
Carteira de Terceiros	329.260	-	329.260	49.999	-	49.999
Letras do Tesouro Nacional - LTN	49.999	-	49.999	49.999	-	49.999
Notas do Tesouro Nacional - NTN	279.261	-	279.261	-	-	-
Total em 30 de junho de 2011	536.614	117.170	653.784	166.995	117.170	284.165
Total em 31 de dezembro de 2010	21.903	114.530	136.433	2.001	114.530	116.531

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Junho/2011					
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
	Banco e Consolidado	-	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários - país	-	-	-	-	5.714	5.714
Letras Financeiras	-	-	-	-	5.714	5.714
Títulos e Valores Mobiliários - exterior (1)	-	10.446	3.886	-	764.718	779.050
Euro Medium-Term Notes	-	10.446	3.886	-	764.718	779.050
Total em 30 de junho de 2011	-	10.446	3.886	-	770.432	784.764
Total em 31 de dezembro de 2010	-	11.379	4.600	-	833.100	849.079

(1) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Em 22 de fevereiro de 2006, o Banco lançou um programa de captação de recursos no exterior cujo total atual é de US\$ 500.000 através da emissão de "Euro Medium-Term Notes", dos quais US\$ 200.000 foram colocados em 26 de outubro de 2009 e US\$ 300.000 em 04 de agosto de 2010.

A seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Tranche US\$ mil	Banco e Consolidado			
	Taxa de juros	Vencimento	Junho/2011 (1)	Dezembro/2010
	200.000	7,00% a.a.	26/10/2012	316.106
300.000	5,50% a.a.	04/08/2015	482.944	511.239
Total			779.050	849.079

O ajuste da MTM das captações no exterior foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma receita de R\$ 15.832, no semestre findo em 30 de junho de 2011.

d) Despesas de Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Recursos de Emissão de Títulos e Dívidas Subordinadas

	Banco		Consolidado	
	Junho/2011	Dezembro/2010	Junho/2011	Dezembro/2010
	Depósitos a prazo	271.117	270.922	271.117
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior e Dívidas Subordinadas	91.485	91.485	91.485	91.485
Depósitos Interfinanceiros	31.427	31.427	31.427	31.427
Operações compromissadas	16.475	16.475	16.475	16.475
Contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos - FGC	11.751	11.751	11.751	11.751
Despesas de Letras Financeiras	46	46	46	46
Marcação a Mercado de Captações no Exterior	(25.567)	(25.567)	(25.567)	(25.567)
Varição cambial positiva	(133.762)	(133.762)	(133.762)	(133.762)
Despesas de captação através de FIDCs	-	25.726	-	25.726
Encargos sobre obrigação por venda de direitos creditórios de arrendamento mercantil	-	16.327	-	16.327
Total	262.972	304.830	262.972	304.830

15. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - CORRESPONDENTES NO PAÍS

Refere-se a recebimentos antecipados de parcelas de contratos cedidos a serem repassados aos cessionários.

	Banco		Consolidado	
	Junho/2011	Dezembro/2010	Junho/2011	Dezembro/2010
	Crédito direto ao consumidor e crédito pessoal	1.165.722	1.594.853	1.130.496
Total	1.165.722	1.594.853	1.130.496	1.594.853

16. DÍVIDAS SUBORDINADAS

Segue abaixo a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Vencimento (No Exterior)	Banco e Consolidado			
	Prazo original em anos	Valor da Operação (US\$)	Moeda	Remuneração
	2016	10	50.000	US\$
2016	10	75.000	US\$	Taxa de 11,00% a.a.
2020	10	500.000	US\$	Taxa de 8,50% a.a.
Total				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando informado)

O cancelamento da distribuição do JCP se justifica tendo em vista que: (i) foram verificadas, conforme divulgado no Fato Relevante publicado em 09 de novembro de 2010, que as demonstrações financeiras até então publicadas, incluindo as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2010, base da deliberação dos JCP, estavam definitivamente comprometidas em sua missão de prestar informações de qualidade e fidedignidade consoante aos princípios contábeis e, portanto, não refletiam a real situação patrimonial do Banco à época, tendo inclusive sido identificadas posteriormente perdas que somadas chegam à ordem de aproximadamente R\$ 4.300.000; e (ii) as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2010 e 30 de novembro de 2010, únicas demonstrações financeiras fidedignas da Companhia, apontam a inexistência de lucro líquido, o que impossibilita o pagamento de JCP, de acordo com a legislação em vigor.

d) Depósito de Acionista

Em 31 de janeiro de 2011, mediante operação financeira complementar, que contou com o conhecimento do BACEN e com o apoio financeiro do FGC - Fundo Garantidor de Crédito foram aportados recursos no valor de R\$ 1.300.000 no Banco Panamericano S.A. para assumir os prejuízos decorrentes das irregularidades contábeis adicionais, divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 do Banco. O objetivo deste aporte foi reforçar o equilíbrio patrimonial e a liquidez operacional do Banco.

e) Ajustes de Exercícios Anteriores

Refere-se à baixa de contas transitórias ativas e passivas, pendentes a mais de 180 dias, no montante de R\$ 50.789 (R\$ 30.474 líquida dos efeitos tributários).

21. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Consolidado	
	Junho/2011	Junho/2011
Operações de crédito	86.299	86.299
Rendas de cartões	58.645	58.645
Rendas de serviços de cobrança	27.294	27.294
Administração de consórcios	-	7.222
Outras	7.952	8.383
Total	180.190	187.843

22. DESPESAS DE PESSOAL

	Consolidado	
	Junho/2011	Junho/2011
Proventos	13.122	18.623
Encargos Sociais	5.573	8.028
Honorários	4.616	4.907
Benefícios	1.381	2.579
Outros	98	298
Total	24.790	34.435

23. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Consolidado	
	Junho/2011	Junho/2011
Comissões pagas a lojistas e promotoras	416.342	443.512
Serviços de terceiros	76.314	83.499
Processamento de dados	47.560	48.163
Acordos judiciais	33.220	37.030
Serviços do sistema financeiro	30.107	34.055
Despesas c/ busca e apreensão de bens	26.644	26.891
Comunicações	20.617	20.690
Aluguéis	7.133	6.246
Taxas e emolumentos	5.643	6.359
Propaganda, promoções e publicidade	5.251	5.573
Transporte	3.606	3.678
Depreciação e amortização	2.375	2.403
Manutenção e conservação de bens	1.146	1.149
Viagens	1.102	1.109
Administração de Fundo	-	4.907
Materiais de consumo	266	266
Outras	32.787	35.467
Total	710.113	760.997

24. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Consolidado	
	Junho/2011	Junho/2011
Contribuição à Cofins	47.506	49.931
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	9.077	12.567
Contribuição ao PIS	7.720	8.144
Impostos e taxas	6.003	3.164
Total	70.306	74.106

25. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais

	Consolidado	
	Junho/2011	Junho/2011
Atualização monetária de valores a receber - cessão	65.037	65.037
Restituição de prêmios de seguros	33.500	33.500
Reversão de provisões	27.667	27.823
Taxa de Registro de Cartórios - CDC	6.661	6.661
Recuperação de encargos e despesas	557	1.554
Juros e multa em atraso sobre recebimento	-	10.737
Outras rendas operacionais	19.356	34.580
Total	152.778	179.892

b) Outras despesas operacionais

	Consolidado	
	Junho/2011	Junho/2011
Despesa de cessão de operações de crédito	148.065	148.065
Prejuízo c/ operações de crédito/financiamento	19.657	19.657
Variação monetária passiva	17.740	19.363
Provisões	9.867	11.391
Desconto concedido	4.519	4.519
Fraudes indedutíveis - cartões de crédito	3.697	3.697
Despesas na apreensão de veículos	1.485	1.620
Administração de Apólice de Seguros	-	5.104
Outras	979	17.717
Total	206.009	231.133

26. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Banco		
	Junho/2011	Dezembro/2010	1º sem/2011
	Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Aplicação interfinanceira de liquidez (a)			
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	708.679	794.489	47.662
Total	708.679	794.489	47.662
Títulos e valores mobiliários (b)			
Caixa CDC FIDC	313.182	314.840	(1.659)
Caixa Master CDC FIDC	832.435	853.386	(44.252)
FIDC FF Multisegmentos	-	39.304	414
FIDC F BP	118.436	52.663	(40.098)
Total	1.264.053	1.260.193	(85.595)
Outros créditos - Arrecadações de cobrança (c)			
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	-	1	-
Panamericana de Seguros S.A.	-	14.391	-
Total	-	14.392	-
Depósitos à vista (d)			
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	(491)	(1.988)	-
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	(91)	(719)	-
Panamericana Seguros S.A.	(420)	(476)	-
Total	(1.002)	(3.183)	-
Depósitos a prazo (f)			
Pessoal-chave da Administração	(335)	(316)	(19)
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	(3.296)	(3.128)	(194)
Total	(3.631)	(3.444)	(213)
Outras obrigações (h)			
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	(87.927)	(89.909)	-
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	(113)	-	-
Panamericana de Seguros S.A.	(7.099)	(16.071)	-
Total	(95.139)	(105.980)	-
Outras despesas administrativas (i)			
Panamericana de Seguros S.A.	-	-	(1.222)
Total	-	-	(1.222)
Resultado obtido na cessão de crédito (j)			
FIDC F BP	-	-	79.018
Total	-	-	79.018
Resumo por conta			
Aplicação interfinanceira de liquidez (a)	708.679	794.489	47.662
Títulos e valores Mobiliários (b)	1.264.053	1.260.193	(85.595)
Outros créditos - Arrecadações de cobrança (c)	-	14.392	-
Depósitos à vista (d)	(1.002)	(3.183)	-
Depósito a prazo (f)	(3.631)	(3.444)	(213)
Outras obrigações (h)	(95.139)	(105.980)	-
Outras despesas administrativas (i)	-	-	(1.222)
Resultado obtido na cessão de crédito (j)	-	-	79.018
Total	1.872.960	1.956.467	39.650

Outros créditos - Arrecadação de cobrança (c)

	Junho/2011	Dezembro/2010	1º Sem/2011
	Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas) (l)
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	-	5	-
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	-	118.340	-
Total	-	118.345	-

Cessão de crédito (k)

Caixa Econômica Federal	822.905	33.612	-
Total	822.905	33.612	-

Depósitos à vista (d)

Panamericano DTVM S.A.	-	(129)	-
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	-	(1.012)	-
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	-	(7.183)	-
Panseg Promoções e Vendas Ltda.	-	(493)	-
Vimave Comércio de Eletro-Eletrônicos Ltda.	-	(4)	-
Vimave Vila Maria Veículos Ltda.	-	(7)	-
Vimave Pacaembu Veículos Ltda.	-	(11)	-
Liderança Capitalização S.A.	-	(2)	-
BF Utilidades Domésticas Ltda.	-	(5)	-
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	-	(2)	-
Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	(6)	-
SSF Fomento Comercial Ltda.	-	(17)	-
Perícia A. C. Seg. Previdência Privada Ltda.	-	(182)	-
Silvio Santos Participações Ltda.	-	(3)	-
Panamericano Com. Prod. e Serv. Ltda.	-	(76)	-
Oscar Freire Open View - Emp. Imob. Ltda.	-	(8)	-
Galeno de Almeida Open View	-	(7)	-
GSS Centro de Serviços Compartilhados Ltda.	-	(1)	-
Hotel Jequití Ltda.	-	(48)	-
Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda.	-	(321)	-
Teatro Imprensa Produções Artísticas Ltda.	-	(1)	-
Total	-	(9.518)	-

Depósitos interfinanceiros (e)

Panamericano DTVM S.A.	-	(6.738)	(246)
Total	-	(6.738)	(246)

Depósitos a prazo (f)

Pessoal-chave da Administração	-	(3.012)	(139)
Perícia A. C. Seg. Previdência Privada Ltda.	-	(6.877)	(293)
Panseg Promoções e Vendas Ltda.	-	(9)	-
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	-	-	(126)
BF Utilidades Domésticas Ltda.	-	(808)	(37)
Vimave Vila Maria Veículos Ltda.	-	(1.102)	(49)
Vimave Pacaembu Veículos Ltda.	-	(230)	(10)
SSF Fomento Comercial Ltda.	-	(199)	(9)
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	-	(14.349)	(417)
Braspag Tecnologia Pagamento Ltda.	-	(1.152)	(46)
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	-	(9.041)	(1.712)
Total	-	(36.779)	(2.838)

Caixa CDC FIDC (g)

Silvio Santos Participações Ltda.	-	(4.262)	(32)
Pessoal-chave da Administração	-	(57.311)	(2.803)
Subtotal	-	(61.563)	(2.835)

Caixa Master CDC FIDC (g)

Pessoal-chave da Administração	-	(2.719)	(150)
Subtotal	-	(2.719)	(150)
Total	-	(64.282)	(2.985)

Outras obrigações (h)

Caixa Econômica Federal	(94.376)	-	-
Panamericano DTVM S.A.	-	(800)	-
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	-	(6.402)	-
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	-	(223.406)	-
Panseg Promoções e Vendas Ltda.	-	(913)	-
Silvio Santos Participações Ltda.	-	(181)	-
Total	(94.376)	(231.702)	-

Outras despesas administrativas (i)

Panamericano DTVM S.A.	-	-	(4.283)
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	-	-	(6.741)
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	-	-	(36.323)
BF Utilidades Domésticas Ltda.	-	-	(1.187)
BF Par Utilidades Domésticas Ltda.	-	-	(1.103)
Hotel Jequití Ltda.	-	-	(2)
Panseg Promoções e Vendas Ltda.	-	-	(1.118)
Promolider Promotora Vendas Ltda.	-	-	(40)
Silvio Santos Participações Ltda.	-	-	(17)
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	-	-	(6)
GSS Centro de Serviços Compartilhados Ltda.	-	-	(753)
Panamericano Com. Prod. e Serv. Ltda.	-	-	(1.217)
Braspag Tecnologia Pagamento Ltda.	-	-	(76)
SS Comércio de Cosméticos e Prod. de Higiene Pessoal Ltda.	-	-	(5)
Total	-	-	(112.871)

Resultado obtido na cessão de crédito (j)

Caixa Econômica Federal	-	-	209.546
Total	-	-	209.546

Resumo por conta

Outros créditos - Arrecadações de cobrança (c)	-	118.345	-
Depósitos à vista (d)	-	(9.518)	-
Depósitos interfinanceiros (e)	-	(6.738)	(246)
Depósitos a prazo (f)	-	(36.779)	(2.838)
Caixa CDC FIDC/Caixa Master CDC FIDC (g)	-	(64.282)	(2.985)
Outras obrigações (h)	(94.376)	(231.702)	-
Outras despesas administrativas (i)	-	-	(112.871)
Resultado obtido na cessão de crédito (j)	-	-	209.546
Cessão de crédito (k)	822.905	33.612	-
Total	728.529	(197.062)	90.606

(a) Refere-se à aplicação do Banco no Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. com taxas equivalentes às do CDI;

(b) Refere-se a aplicações em cotas subordinadas;

(c) Refere-se a valores de cobrança a receber arrecadados, que são repassados em D + 1;

(d) Refere-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco;

(e) Refere-se à captação através de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;

(f) Refere-se à captação através de depósitos a prazo efetuados no Banco;

(g) Refere-se à captação através de cotas do FIDC;

(h) Refere-se a valores de cobrança e prêmios de seguros a repassar arrecadados através de empresas ligadas, serviços prestados, liquidação de parcelas antecipadas de cessão de crédito e intermediação de Títulos e Valores Mobiliários pela DTVM;

(i) Refere-se a outras despesas administrativas de serviços prestados por empresas ligadas;

(j) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito;

(k) Refere-se à cessão de crédito a receber sem coobrigação; e

(l) Exceto pelas informações da Caixa Econômica Federal e pessoal-chave da Administração, as demais informações de receitas e despesas referem-se a transações com empresas consideradas como partes relacionadas até 27 de maio de 2011, data da troca do controle acionário do Banco Panamericano.

b) Remuneração dos Administradores

• Benefícios de curto prazo a administradores (1)

	Junho/2011	Consolidado
--	------------	-------------

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando informado)

Análise de Sensibilidade em 30 de junho de 2011

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading e Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	Cenários		
		(1) Provável	(2) Possível	(3) Remoto
Taxas de Juros (Pré)	taxas de juros Pré Fixadas (aumento)	(655)	(193.144)	(364.787)
Moeda Estrangeira	cambial (redução)	(13)	(318)	(636)
Cupom Cambial	taxas dos cupons de dólar (redução)	(6)	(1.396)	(1.396)
Cupom de Ind. de Preços	taxas dos cupons de Ind. Preços (redução)	(85)	(14.913)	(30.838)
Ações	preços de ações (redução)	(291)	(7.280)	(14.559)
Total 30 de junho de 2011		(1.050)	(216.372)	(412.216)
Total 31 de março de 2011		(1.561)	(262.247)	(501.461)
Total 31 de dezembro de 2010		(1.473)	(226.686)	(431.783)

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos cenários propostos e não incorpora os seus efeitos sobre a provisão para Imposto de Renda, uma vez que tais impactos afetariam negativamente nossas posições. Os choques consideraram as informações de mercado de 30.06.11 (BM&F Bovespa):

Cenário 1 Provável: aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% para variação para preços. A cotação Reais/Dólar foi de R\$ 1,55; a taxa de juros prefixada de 1 ano foi de 12,66% a.a.; o cupom de dólar de 1 ano foi de 4,28%, e o cupom do IPCA de 1 ano foi de 7,02% a.a.;

Cenário 2 Possível: aplicados choques de 25% nos preços e taxas. A cotação Reais/Dólar foi de R\$ 1,17; a taxa de juros prefixada de 1 ano foi de 15,81% a.a.; o cupom de dólar de 1 ano foi de 3,22%; e a taxa do cupom IPCA de 1 ano foi de 5,27% a.a.;

Cenário 3 Remoto: aplicados choques de 50% nos preços e taxas. A cotação Reais/Dólar foi de R\$ 0,78; a taxa de juros prefixada de 1 ano foi de 18,97% a.a.; o cupom de dólar de 1 ano foi de 2,15%; e a taxa do cupom de IPCA de 1 ano foi de 3,52% a.a.

Risco de Liquidez

Refere-se à capacidade do conglomerado de monitorar o descasamento entre os prazos dos recebimentos dos ativos e aplicações financeiras em comparação aos pagamentos das obrigações assumidas. A gestão desse risco deve estar normalizada, havendo acompanhamento diário dessa posição.

28. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco e suas controladas contribuem mensalmente para a Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão, com um percentual sobre a folha de pagamento dos participantes, com o objetivo de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, sendo esta a única responsabilidade do Banco e de suas controladas como patrocinadores. No semestre findo em 30 de junho de 2011, o montante dessa contribuição foi de R\$ 345 no Banco e R\$ 542 no Consolidado.

Além desse benefício, o Banco Panamericano oferece aos seus funcionários e administradores outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento. O montante dessas despesas totalizaram no semestre findo em 30 de junho 2011 R\$ 1.455 no Banco e R\$ 2.736 no Consolidado.

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	1º Semestre/2011	
	Banco	Consolidado
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(38.836)	(16.009)
Alíquota efetiva (1)	40%	-
Encargos/Créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes (2)	15.535	6.473
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participação em controladas	18.911	-
Ajuste de Crédito Tributários de Exercício Anteriores (3)	-	2.136
Crédito tributário de períodos anteriores não constituídos	-	112
Outros valores (4)	36.616	58.144
Receita de Imposto de renda e contribuição social do período	71.062	66.865

(1) No Consolidado a alíquota efetiva não é demonstrada em virtude de alíquota diferenciada para a Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. (25% de imposto de renda e 9% para contribuição social);

(2) A alíquota da contribuição social para as empresas dos segmentos financeiros e de seguros foi elevada para 15%, de acordo com a Lei nº 11.727/08, permanecendo em 9% para as demais empresas (nota 3m);

(3) Diferença de Crédito tributário sobre adições temporárias, Prejuízo Fiscal e Base Negativa do ano de 2010 na empresa Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.;

(4) Os outros valores apresentam a seguinte composição: (i) Fraudes indedutíveis de cartões no montante de (R\$ 1.478) no Banco e no Consolidado; (ii) Reversão de PDD do Fundo de Investimento FF Multisegmento, encerrado em 29 de junho de 2011, nos montantes de R\$ 38.201 e R\$ 59.700, respectivamente no Banco e no Consolidado; e (iii) Outras adições/exclusões permanentes no montante de (R\$ 107) no Banco e (R\$ 78) no Consolidado.

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Banco			
	Saldo em 31/12/2010	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	233.490	171.975	(194.883)	210.582
Provisão para contingências cíveis	29.216	3.147	-	32.363
Provisão para contingências fiscais (PIS e Cofins)	138.995	25.840	-	164.835
Provisão para contingências trabalhistas	1.321	800	-	2.121
Provisão para contingências tributárias	6.771	-	(433)	6.338
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprios	-	36.176	-	36.176
Provisão para perdas no PL	-	20.316	-	20.316
Ajuste MTM de derivativos	52.708	-	(25.985)	26.723
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	462.501	258.254	(221.301)	499.454
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	966.263	65.255	-	1.033.518
Total dos créditos tributários	1.430.764	323.509	(221.301)	1.532.972
Obrigações fiscais diferidas (nota 29e)	(7.487)	(35.112)	24.282	(18.317)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	1.423.277	288.397	(197.019)	1.514.655

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2010	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	242.260	193.139	(205.096)	230.303
Provisão para contingências cíveis	32.630	3.422	(17)	36.035
Provisão para contingências fiscais (PIS e Cofins)	159.273	28.834	-	188.107
Provisão para contingências trabalhistas	2.616	946	(84)	3.478
Provisão para contingências tributárias	9.052	698	(434)	9.316
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprios	-	38.566	(1.379)	37.187
Provisão para perdas no PL	-	20.316	-	20.316
Ajuste MTM de derivativos	52.708	-	(25.985)	26.723
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	498.539	285.921	(232.995)	551.465
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.130.856	83.161	-	1.214.017
Lucros não realizados e demais ajustes de consolidação dos créditos cedidos aos FIDCs	132.546	-	(12.265)	120.281
Total dos créditos tributários	1.761.941	369.082	(245.260)	1.885.763
Obrigações fiscais diferidas (nota 18a)	(204.989)	(49.843)	24.282	(230.550)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	1.556.952	319.239	(220.978)	1.655.213

Os créditos tributários das empresas dos segmentos financeiros e de seguros foram constituídas considerando a elevação da alíquota de contribuição social, determinada pela Lei nº 11.727/08 (nota 3m).

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no plano de negócios apresentado ao Conselho de Administração, elaborado mediante estudo do cenário atual e futuro, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados.

Apresentamos a seguir a estimativa de realização desses créditos:

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Banco		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	Jun/2011	Dez/2010	Jun/2011	Dez/2010	Jun/2011	Dez/2010	Jun/2011	Dez/2010	Jun/2011	Dez/2010
2011 (2º sem)	142.885	217.074	40.999	54.665	183.884	271.739				
2012	87.258	84.046	31.809	31.809	31.809	115.855				
2013	50.385	7.462	72.253	72.253	122.638	79.715				
2014	13.510	7.462	93.626	93.626	107.136	101.088				
2015	13.511	7.462	113.150	113.150	126.661	120.612				
2016	6.754	-	127.822	127.822	134.576	127.822				
2017	-	-	144.015	144.015	144.015	144.015				
2018	-	-	156.713	156.713	156.713	156.713				
2019	-	-	174.210	174.210	174.210	174.210				
2020	185.151	138.995	78.921	-	264.072	138.995				
Total	499.454	462.501	1.033.518	966.263	1.532.972	1.430.764				

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Lucros não realizados e demais ajustes de consolidação dos créditos cedidos aos FIDCs		Total	
	Jun/2011	Dez/2010	Jun/2011	Dez/2010	Jun/2011	Dez/2010	Jun/2011	Dez/2010
2011 (2º sem)	149.004	222.991	54.720	68.386	24.368	6.945	228.092	298.322
2012	99.195	89.794	43.865	43.865	7.942	13.931	151.002	147.590
2013	57.139	8.826	101.346	101.346	15.165	22.732	173.650	132.904
2014	15.082	8.827	152.523	152.523	27.136	36.530	194.741	197.880
2015	15.083	8.827	160.748	160.748	32.839	52.408	208.670	221.983
2016	7.538	-	146.955	127.822	10.272	-	164.765	127.822
2017	-	-	144.015	144.015	1.472	-	145.487	144.015
2018	-	-	156.713	156.713	604	-	157.317	156.713
2019	-	-	174.210	175.438	483	-	174.693	175.438
2020	208.424	159.274	78.922	-	-	-	287.346	159.274
Total	551.465	498.539	1.214.017	1.130.856	120.281	132.546	1.885.763	1.761.941

Em 30 de junho de 2011, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, totalizava R\$ 878.230 no Banco e R\$ 1.123.939 no Consolidado (R\$ 834.473 no Banco e R\$ 1.048.257 no Consolidado em 31 de dezembro de 2010).

d) Créditos tributários não ativados

Em 30 de junho de 2011, o Banco Panamericano, possuía prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 1.733.551 e R\$ 1.733.639 no Consolidado (R\$ 1.732.674 no Banco Panamericano e R\$ 1.733.094 no Consolidado em 31 de dezembro de 2010), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 693.420 no Banco Panamericano e R\$ 693.450 no Consolidado (R\$ 693.069 no Banco Panamericano e R\$ 693.140 no Consolidado em 31 de dezembro de 2010), em virtude de não atender todas as condições estabelecidas pelo BACEN para o registro do referido crédito.

e) Obrigações fiscais diferidas

	Saldo em 31/12/2010		Constituição		Realização		Saldo em 30/06/2011	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	7.487	35.112	7.487	35.112	(24.282)	(24.282)	18.317	18.317
Total	7.487	35.112	7.487	35.112	(24.282)	(24.282)	18.317	18.317

Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos 7.487 35.112 (24.282) 18.317

Superveniência de depreciação 197.502 14.731 - 212.233

Total **204.989** **49.843** **(24.282)** **230.550**

As obrigações fiscais diferidas das empresas dos segmentos financeiro e de seguros foram constituídas considerando a elevação da alíquota de contribuição social, determinada pela Lei nº 11.727/08 (nota 3m).

30. OUTRAS INFORMAÇÕES

I) Os avais e fianças concedidos totalizam R\$ 8.930 (R\$ 20.062 em 31 de dezembro de 2010).

II) O resultado não operacional compõe-se de prejuízo na venda e provisão/reversão de bens não de uso próprio no montante de R\$ 72.058 no Banco e R\$ 70.966 no Consolidado.

III) O Banco e suas controladas têm como política segurar seus valores em espécie, cheques recebidos em garantia e bens em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

IV) Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 o Banco e suas controladas não possuem contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias.

31. EVENTO SUBSEQUENTE

a) As dívidas subordinadas relacionadas às tranches com vencimento em 18 de julho de 2016 foram canceladas em razão do resgate total antecipado efetuado pelo Banco Panamericano em 18 de julho de 2011.

b) O Banco cumpriu a obrigação de oferecer aos detentores das notas sênior com vencimentos em 26 de outubro de 2012 e 04 de agosto de 2015, cujas emissões totalizavam, respectivamente, US\$ 200 milhões e US\$ 300 milhões, a opção de resgatar antecipadamente as referidas notas pelo mesmo valor devido na data de vencimento original (valor de face ou valor ao par). Esta opção pôde ser exercida entre os dias 27 de junho e 12 de julho de 2011, e teve a adesão de notas com valor total de principal de US\$ 900 mil na emissão com vencimento em 2012 e US\$ 11,4 milhões na emissão com vencimento em 2015. A liquidação destes resgates antecipados foi efetuada em 27 de julho de 2011.

		ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO			
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA			
Vice-Presidente	Otto Steiner Junior	Diretor Superintendente	José Luiz Acar Pedro		
Conselheiros	Marcos Roberto Vasconcelos Marcio Percival Alves Pinto Fabio Lenza Renato Pasqualin Sobrinho Roy Martelanc Marcos Antonio Macedo Cintra	Diretores	Iuri Rapoport Eduardo Nogueira Domeque Leandro de Azambuja Micotti Paulo Alexandre da Graça Cunha Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa Eliel Teixeira de Almeida Willy Otto Jordan Neto		

Contabilidade Geral e Tributos
Sergio de Jesus
Contador – CRC 1SP198209/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 30 DE JUNHO DE 2011

Aos Administradores e Acionistas

Banco Panamericano S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Panamericano S.A. ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Panamericano S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2011, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente